



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A Mesa Diretora da Câmara Municipal da Serra que este subscreve vem pelas prerrogativas garantidas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, requerer, após tramitação regimental e devida aprovação pelos demais Edis, o seguinte:

**PROJETO DE LEI / 2023.**

**CRIA O PROCON DA CÂMARA DA SERRA  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Fica criado na Câmara Municipal da Serra do Estado do Espírito Santo o PROCON da Câmara da Serra, nos termos do artigo 295 e 305 da Resolução nº 278, de 22.09.2020 e dos artigos 4º, II, "a"; 5º, I; e 6º, VII da Lei Federal nº 8.078, de 11.9.1990 - Código de Defesa do Consumidor.

**Art. 2º** O PROCON da Câmara da Serra tem o objetivo de aproximar o cidadão serrano cada vez mais da justiça, da informação e de seus direitos.

**Art. 3º** Compete ao PROCON da Câmara da Serra, dentre outros:

- I - dar atendimento e orientação permanente ao consumidor sobre seus direitos e garantias;
- II - receber, analisar, avaliar, apurar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores e entidades representativas de pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- III - informar, orientar, conscientizar e motivar o consumidor, através de atividades educativas e por intermédio dos diferentes meios de comunicação;
- IV - fiscalizar e controlar o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor;
- V - funcionar, no procedimento administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência, e, admissibilidade dos recursos, dentro das regras fixadas pela Lei Federal nº 8.078/90, pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20.3.1997, e pelas legislações complementares estadual e federal;
- VI - elaborar, manter atualizado e divulgado, no âmbito de sua competência, o cadastro de reclamações atendidas e não atendidas;
- VII - notificar os fornecedores para prestarem informações sobre reclamação apresentada por consumidor, de acordo com o artigo 55, § 4º da Lei Federal nº 8.078/90;





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

VIII - nos casos não resolvidos administrativamente, orientar o consumidor a recorrer ao Poder Judiciário;

IX - representar ao Ministério Público competente, para fins de adoção de medidas processuais, penais e civis, no âmbito de suas atribuições;

X - incentivar a criação, ampliação e modernização de órgãos públicos de defesa do consumidor no município;

XI - desenvolver programas educativos de informação e orientação à criança, ao adolescente e aos consumidores em geral; manter parceria junto aos estabelecimentos de ensino com o tema “Educação para o Consumo Adequado”, promovendo a cidadania econômica.

§ 1º O PROCON da Câmara da Serra, por ser da Casa do povo, atenderá a demandas provenientes do Município da Serra.

§ 2º Para a defesa dos interesses e direitos dos consumidores previstos no artigo 81 da Lei Federal nº 8.078/90, o responsável pelo PROCON da Câmara da Serra dará conhecimento dos fatos à Procuradoria da Câmara Municipal da Serra que, após deliberação e aprovação, emitirá parecer opinativo quanto à propositura da ação judicial.

§ 3º Sendo o caso de propositura de ação judicial, esta será proposta por meio da Procuradoria da Câmara Municipal da Serra ou da Defensoria Pública do Estado.

**Art. 4º** Fica o PROCON da Câmara da Serra subordinado à Procuradoria Geral da Câmara Municipal, à qual cabe dirigir o referido órgão e supervisionar os serviços de proteção, defesa e orientação ao consumidor

**Art. 5º** A direção do PROCON da Câmara da Serra será exercida por um coordenador, bacharel em direito e um Coordenador Adjunto com formação superior.

**Art. 6º** Compete ao Coordenador e ao Coordenador Adjunto:

I – Coordenador:

a) exercer a direção, a coordenação, a orientação, o controle e a supervisão das atividades do PROCON da Câmara da Serra de proteção dos direitos do consumidor;

b) zelar pelo cumprimento da Lei Federal nº 8.078/90 e seu regulamento, o Decreto Federal nº 2.181/97 e legislação complementar, bem como expedir instruções normativas, disciplinando e mantendo em perfeito funcionamento os serviços do PROCON da Câmara da Serra;

c) promover intercâmbio com órgãos públicos e privados de defesa do consumidor;

d) opinar acerca de pareceres emitidos pela assessoria jurídica nos processos administrativos e demais expedientes;





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- e) firmar certidões, notificações, representações e outros atos oficiais expedidos pelo PROCON da Câmara da Serra;
- f) encaminhar para conhecimento dos órgãos competentes as ocorrências de infrações às normas de defesa do consumidor;
- g) - deliberar sobre questões de ordem administrativa interna.
- h) encaminhar à Procuradoria Geral da Câmara Municipal da Serra relatório mensal de todas as atividades exercidas pelo PROCON da Câmara da Serra.

II – Coordenador Adjunto:

- a) Auxiliar o Coordenador na supervisão das atividades do PROCON da Câmara da Serra de proteção dos direitos do consumidor;
- b) Responder pelo PROCON da Câmara da Serra na ausências do Coordenador, quando estiver em diligência externa.

**Art. 7º** O PROCON da Câmara da Serra funcionará no horário de funcionamento normal da Câmara Municipal da Serra.

**Art. 8º** A apuração dos fatos será sempre de acordo com a legislação de que trata a matéria, e de acordo com os artigos 33 e 34 do Decreto Federal nº 2.181/97.

**Art. 9º** Para o cumprimento do disposto nesta Resolução, o consumidor deverá apresentar sua reclamação pessoalmente ao PROCON da Câmara da Serra, juntamente com a documentação para comprovação dos fatos.

**Art. 10** A reclamação do consumidor será reduzida e autuada pelo PROCON da Câmara da Serra, de acordo com o modelo fornecido pelo Procon do Município da Serra.

**Art. 11** A reclamação referida no artigo 9º será confeccionada em 3 (três) vias, que serão assinadas pelo consumidor e pelo atendente do PROCON da Câmara da Serra, e tramitará da seguinte forma:

I - uma via para ser autuada nos autos da Investigação Preliminar;

II - uma para o consumidor;

III - outra para ser encaminhada ao reclamado.

**Art. 12** A notificação ao reclamado deverá ser confeccionada em 3 (três) vias, que serão assinadas pelo coordenador, sendo:

I - uma via para ser autuada nos autos da Investigação Preliminar;





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

II - uma para ser encaminhada ao reclamado; e

III - a outra para ser encaminhada ao consumidor.

**Parágrafo único.** O mandado de notificação com o termo de reclamação do consumidor serão enviados ao reclamado por correspondência com Aviso de Recebimento - AR.

**Art. 13** No mandado de notificação deverá conter:

I - a resposta ao reclamado da abertura do prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento informado no AR, para que ele ofereça a solução ou defesa pretendida pelo consumidor;

II - a convocação das partes para audiência de conciliação, que será realizada num prazo de até 20 (vinte) dias.

**Parágrafo único.** No caso de o fornecedor apresentar a solução pretendida pelo consumidor, ela deverá estar consubstanciada em termo de acordo firmado pelas partes, protocolada no PROCON da Câmara da Serra e será juntada aos autos da Investigação Preliminar, para fins de cancelamento da audiência de conciliação designada e arquivamento do processo.

**Art. 14** Da audiência de conciliação será lavrado termo, que conterá, em resumo, o registro dos fatos nela ocorridos.

**Art. 15** Na hipótese de realização de acordo, o termo de audiência, datado e assinado pelas partes, pelo representante do PROCON da Câmara da Serra e por 2 (duas) testemunhas qualificadas, conterá o registro circunstanciado das condições pactuadas pelas partes.

**Art. 16** Não havendo acordo, o termo de audiência, datado e assinado pelas partes e pelo representante do PROCON da Câmara da Serra, conterá o registro de que, abertos os trabalhos, as partes não chegaram a acordo e, se for o caso, de que houve descumprimento de dispositivos do Código de Defesa do Consumidor por parte do fornecedor.

**Art. 17** O consumidor não comparecendo, o termo de audiência, datado e assinado pelo reclamado e pelo representante do PROCON da Câmara da Serra, deverá conter o registro dos fatos, ficando a Investigação Preliminar arquivada.

**Parágrafo único.** Caso haja manifestação do consumidor antes do prazo de caducidade do direito estabelecido no artigo 26 da Lei Federal nº 8.078/90, a Investigação Preliminar poderá ser desarquivada no máximo 2 (duas) vezes, devendo ser designada outra audiência de conciliação.

**Art. 18** Com o não comparecimento do reclamado, a Investigação Preliminar será arquivada, constando-se no termo de audiência, datado e assinado pelo consumidor e pelo representante do PROCON da Câmara da Serra, que a ausência injustificada daquela parte implica o seu desinteresse de resolver a demanda amigavelmente.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Parágrafo único.** O coordenador do PROCON da Câmara da Serra, nos termos do § 2º do artigo 33 do Decreto Federal nº 2.181/97, encaminhará representação à Delegacia Especializada sobre Crimes contra o Consumidor, para fins de abertura de inquérito policial por crime de desobediência, tipificado no artigo 330 do Código Penal.

**Art. 19** Se ambas as partes não comparecerem, o termo de audiência, datado e assinado pelo representante do PROCON da Câmara da Serra, conterá o registro de não comparecimento das partes, ficando a Investigação Preliminar arquivada.

**Art. 20** Em casos específicos, poderá haver reconvocação de audiência em ata, com a intimação dos ausentes.

**Art. 21** Toda a movimentação processual deverá ser cadastrada no Sistema Informatizado do PROCON da Câmara da Serra.

**Art. 22** Os casos omissos serão resolvidos pelo coordenador, ouvindo a Procuradoria da Câmara Municipal da Serra.

**Art. 23** Ficam acrescidas à Tabela de Cargos de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Municipal nº 2.655/2003, as seguintes informações:

| Nomenclatura                                     | Qt. | Vencimento R\$ | Área de Atuação           |
|--|-----|----------------|---------------------------|
| Coordenador do PROCON da Câmara da Serra         | 01  | 9.599,43       | PROCON da Câmara da Serra |
| Coordenador-Adjunto do PROCON da Câmara da Serra | 01  | 3.077,87       | PROCON da Câmara da Serra |

**Art. 24** Fica autorizado o Poder Legislativo contratar e/ou criar 8 (oito) vagas de estágio de complementação educacional no PROCON da Câmara da Serra, a serem ocupadas por estudantes do curso superior de Direito.

**Art. 25** Fica autorizado o Poder Legislativo a realizar convenio com instituições de educação de ensino superior de bacharel em direito, para estágio de complementação educacional voluntária.

**Art. 26** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 27** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, em 20 de março de 2023.

**SAULINHO DA ACADEMIA**  
**PRESIDENTE**

**ELCIMARA LOUREIRO**  
**1ª SECRETÁRIA**





**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

**GILMAR DADALTO  
1º VICE-PRESIDENTE**

**ADRIANO GALINHÃO  
2º SECRETÁRIO**

**CLEBER SERRINHA  
2º VICE-PRESIDENTE**

**JUSTIFICATIVA**

A criação do presente Projeto de Lei dá-se em face da necessidade de criação de um instrumento que possa oferecer a população serrana atendimento especializado na proteção do direito do consumidor, garantindo-lhes a defesa de seus direitos, bem como de aproximar o cidadão da Casa de Leis, o PROCON da Câmara da Serra fora concebido com o objetivo de harmonizar os interesses dos participantes das relações de consumo, contornando os conflitos entre os consumidores e fornecedores.

Para tanto, o PROCON da Câmara da Serra propõe-se a dar atendimento e orientação permanente ao consumidor sobre seus direitos e garantias, recebendo e avaliando consultas, denúncias, processando administrativamente, nos termos de regulamento, as reclamações e denúncias consideradas procedentes.

É papel do PROCON da Câmara da Serra, ainda, conscientizar o consumidor para o exercício de seus direitos. Isto posto, já disponibilizado espaço físico e mobiliário necessários nas dependências deste Poder legislativo, é imperioso, que o PROCON disponibilize de material humano para que possa, de fato, funcionar. Nesse sentido, o presente Projeto prevê a criação de um cargo de Coordenador e a autorização de contratação de vagas para estagiário, para viabilizar a operacionalização e bom funcionamento do PROCON da Câmara da Serra.

Como se vê, na equação entre o impacto financeiro e o benefício gerado à população, o interesse público de colocar em funcionamento o PROCON da Câmara da Serra é nítido, razão pela qual requer aos Ilustres Pares a devida análise e aprovação do presente.

Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, em 20 de março de 2023.

